

ARRECADAÇÃO

Aprovado corte de incentivos

O projeto que reduz os benefícios fiscais em 10% também eleva tributação sobre casas de apostas on-line e fintechs

» VANILSON OLIVEIRA

O Senado aprovou, ontem, o projeto de lei que reduz em 10% os benefícios fiscais federais em vários setores da economia e aumenta a tributação sobre casas de apostas on-line (Bets), fintechs e a distribuição de juros sobre capital próprio (JCP). A proposta já havia sido aprovada pela Câmara dos Deputados pela manhã e segue, agora, para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O PL é considerado essencial para o governo, que visa maior equilíbrio das contas públicas em 2026.

O texto foi aprovado por 62 votos a favor e 6 contra, após articulação do Palácio do Planalto com lideranças partidárias no Senado. O objetivo central do projeto é ampliar a arrecadação e garantir espaço fiscal para o cumprimento da meta de superávit primário prevista para o próximo ano. O PL votou sim e o PP e os Republicanos liberaram suas bancadas.

De acordo com levantamentos feitos pela equipe econômica do governo, o impacto fiscal da medida deve variar entre R\$ 20 bilhões e R\$ 22,4 bilhões, valores considerados fundamentais para o fechamento do Orçamento de 2026, que deve ser analisado hoje pelo Congresso. O texto estabelece um corte linear de 10% nos incentivos fiscais federais, com efeitos a partir do próximo exercício. Permaneceram fora da redução benefícios previstos na Constituição, como o Simples Nacional e a Zona Franca de Manaus, além de programas sociais e políticas públicas consideradas estratégicas.

O relator da proposta no Senado, Randolfe Rodrigues (PT-AP), líder do governo no Congresso,



Relator do projeto, Randolfe defendeu que os benefícios fiscais devem ser constantemente reavaliados

defendeu a necessidade de reavaliar a política de incentivos fiscais adotada ao longo dos últimos anos. Para ele, a ausência de monitoramento contribui para distorções e desigualdades. "Trata-se, então, de proposta que aponta para a redução de incentivos, para maior transparéncia e controle sobre os valores, caminhando para maior responsabilidade fiscal e, ao mesmo tempo, para o combate de distorções causadas pela falta de avaliação de tais medidas (concessão de incentivos)", afirmou o senador.

O projeto altera dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal,

criando novas exigências de transparéncia e controle sobre os benefícios tributários concedidos pela União. A proposta também condiciona a manutenção de incentivos ao limite global de gastos tributários em relação ao Produto Interno Bruto (PIB).

Além do corte de benefícios, a proposta aumenta a tributação sobre apostas esportivas on-line, as famosas bets. A alíquota incidente sobre a receita bruta das bets passará gradativamente de 12% para 13% em 2026, 14% em 2027 e 15% em 2028, com metade da arrecadação destinada à segurança social e metade para ações na área da saúde.

O texto também endurece a fiscalização sobre apostas ilegais, prevendo responsabilização solidária de instituições financeiras e de pessoas físicas ou jurídicas que façam publicidade de sites não autorizados a operar no país. Outro ponto central da proposta é o aumento do Imposto de Renda incidente sobre os Juros sobre Capital Próprio (JCP), que passa de 15% para 17,5%. O mecanismo é amplamente utilizado por empresas, especialmente do setor financeiro, para remunerar os acionistas.

As fintechs também terão a carga tributária elevada. Instituições



Existem incentivos que são extremamente válidos e outros que são questionáveis. O corte linear acabou sendo a medida que impacta de uma forma mais equilibrada.

Efraim Filho, senador

questionáveis. O corte linear acabou sendo a medida que impacta de uma forma mais equilibrada. O projeto traz corte de gastos, faz o equilíbrio fiscal pelo lado da despesa, qualifica o gasto público, elimina o desperdício e reduz gastos", declarou.

Já parlamentares da oposição alertaram para possíveis impactos econômicos, especialmente no setor produtivo e no custo de vida. O senador Rogério Marinho (PL-RN) acusou o governo de aumentar impostos usando a população carente como desculpa.

Tereza Cristina (PP-MS) afirmou que é preciso cautela para que não haja risco de inflação nos alimentos. "Trata-se de um mecanismo que sustenta a eficiência produtiva e protege o poder de compra da população. Consolida papel estratégico do agronegócio como motor de desenvolvimento econômico e social do país, promove a atração de investimento em tecnologia agrícola e infraestrutura rural, e fortalece a balança comercial brasileira por meio da expansão das exportações agropecuárias. Nós podemos correr o risco de ter inflação nos alimentos, aumento de preço na produção de alimentos", disse a senadora.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI), por meio de nota, afirmou que apesar de defender a avaliação dos incentivos fiscais, acredita que a rescisão deveria ser feita individualmente. "Ao mesmo tempo em que reduz incentivos que, eventualmente, não se justificarem, o corte linear afeta projetos meritórios, que atingem seus objetivos e contribuem para o desenvolvimento econômico da indústria e do país", diz um trecho do comunicado.

atualmente tributadas em 9% de CSLL passarão a recolher 12% até 2027 e 15% a partir de 2028. Já aquelas enquadradas na alíquota de 15% pagarão 17,5% até 2027 e 20% a partir de 2028. A maior parte das medidas passa a valer no dia 1 de janeiro de 2026, com exceção da diminuição de renúncia fiscal, a tributação de bets e o aumento da CSLL, que precisam de 90 dias.

O senador Efraim Filho (União-PB) afirmou que o corte linear foi a solução possível diante da diversidade de incentivos existentes. "Existem incentivos que são extremamente válidos e outros que são

INFRAESTRUTURA

13% das rodovias são péssimas

» RAPHAEL PATI

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Geometria da via é o ponto mais crítico nas estradas pavimentadas

A qualidade das estradas brasileiras ainda está muito abaixo do ideal em 2025. Em mais de 114 mil quilômetros de rodovias analisadas pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), 62,1% estão em condições regular, ruim ou péssima. Essa definição considera tanto pavimento quanto sinalização e geometria da via e está disponível na Pesquisa CNT de Rodovias 2025, divulgada ontem. O levantamento revela que a geometria da via é o ponto mais crítico nas estradas pavimentadas do país. De todas analisadas pelo estudo, apenas 37,8% são consideradas boas ou ótimas, sendo 13,2% ainda estão em péssimas condições.

Em relação ao pavimento, 32,5% das rodovias estão em ótima condição, porém, mais da metade (56,5%) ainda se encontram em estado regular, ruim ou péssimo. No âmbito da sinalização, problemas como a falta de acostamento e a má visibilidade das faixas centrais e laterais ainda estão muito presentes nas rodovias do país. Quase 40% das estradas analisadas apresentam as linhas centrais desgastadas ou, até mesmo, inexistentes. Além disso, 73,6% das rodovias não têm sequer acostamento e 29% não são sinalizadas em curvas perigosas.

Durante a coletiva de apresentação da pesquisa, a diretora-executiva da CNT, Fernanda Rezende, destacou a falta de investimento em infraestrutura rodoviária nos últimos anos no país. Um dado destacado pela pesquisa é que ao comparar o período entre 2015-2019 com 2020-2024, houve uma queda de 6,9% dos recursos investidos na malha rodoviária nacional. "Quando se tem qualquer contingenciamento fiscal orçamentário, o primeiro recurso que se corta é o recurso é o investimento em infraestrutura. Então é muito importante que todos nós trabalhemos juntos para que, quando ocorrer essa situação, o recurso de infraestrutura não seja cortado", destacou a diretora.

De acordo com cálculos da CNT, seria necessário um investimento

de R\$ 49,93 bilhões por ano para recuperar as rodovias federais. Desde 2019, a média anual aplicada pelo governo federal foi de cerca de R\$ 10 bilhões. "Quando você tem investimento em infraestrutura, ele é fundamental para melhorar a qualidade do transporte, como eu mostrei inicialmente, melhorando a qualidade do transporte tem impacto direto na qualidade da sociedade e ele também é importante para gerar empregos", acrescentou.

A pesquisa divulgada ontem também revela que houve uma redução significativa dos trechos ruins tanto nas rodovias concedidas quanto nas públicas. No caso das concessões privadas, somente 618 km tiveram qualidade ruim ou péssima em 2025, ante 1.609 km no ano passado. Durante a coletiva, o presidente da entidade, Vander Costa, destacou o sucesso das concessões nas rodovias federais e estaduais e acredita que esse modelo vai impulsionar nos próximos anos a qualidade da malha rodoviária brasileira.

Entre as propostas de solução defendidas pela CNT para elevar o número de concessões, inclusive em regiões com menos

atratividade, está a promoção de um programa de parcerias público-privadas (PPPs) no setor, além de fomentar a atração de investimentos estrangeiros e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O presidente ainda destacou que, com poucos recursos, é possível investir em sinalização, que apesar de não resolver o problema da qualidade da pavimentação, aumenta a segurança para os motoristas.

"Importante a gente continuar trabalhando com o governo para pelo menos manter o nível de investimento atual, privatizar o que for possível, e é possível privatizar as rodovias que já têm uma demanda consolidada que viabiliza o projeto e principalmente ter recursos públicos para investir nas regiões mais carentes, onde não tem atrativo para a privatização", comentou.

A CNT também defende a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de Infraestrutura para ampliar os investimentos no setor. Entre as medidas previstas na PEC está a destinação de 70% dos recursos arrecadados com outorgas onerosas referentes a serviços e obras de transporte.



http://ibm.biz/ciee-all

Portal do CIEE
ciee.online

Atendimento por WhatsApp
11 3003-2433

Central de Atendimento
3003-2433
(o custo é de uma ligação local em qualquer região do País, mesmo que solicite o DDD)

#CIEE
IMPARÁVEL